



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

### ATA DA REUNIÃO ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 87/2021 DE AUTORIA DO VEREADOR, RICARDO MIRANDA, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E UM. (12-05-2021).

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, quarta-feira, às nove horas e seis minutos, foi realizada reunião por videoconferência atendendo ao Requerimento nº 87/2021, dando continuidade, para tratar sobre a possibilidade de implantação de entrada, abertura e sinalização de trilhas e intervenções na área da serrinha ligando ao Pico do Itacolomi. **Participaram da reunião:** os Vereadores Ricardo Miranda, Marcelo Monteiro Macedo; o Dr. Frederico Faria, Procurador Municipal, o Sr. Cristiano Cassimiro, Secretário Municipal de Cultura e a Sra. Denise Almeida, Secretária de Meio Ambiente; e convidados os representantes do IEF-MG, a Sra. Maria Lucia Coimbra Cristo Canto Yanes, Gestora do Parque Estadual do Itacolomi e ao proprietário da Mina de Passagem de Mariana, Sra. Denise Almeida, Secretária de Meio Ambiente; Representante do IEF-MG; Sr. Ruy Vidal de Souza Junior Sr. Célio Mól, Sr. Leandro Henrique, Jornal O Espeto, Sr. Valderci Geraldo do Nascimento, Sargento da Policia Florestal; e o Sr. Luiz Tadeu, diretor administrativo do grupo escoteiros de Mariana; **ABERTURA:** o Vereador Ricardo Miranda deu início aos trabalhos cumprimentando os participantes da reunião, logo após disse que no dia vinte e quatro de março foi protocolado na Câmara um requerimento de número oitenta e sete, sendo que deste alguns outros pontos já foram levantados junto a voluntários envolvidos sobre o assunto do Ecoturismo e Ciclismo, pontuou que novamente foi feito um pedido ao tocante a uma entrada de abertura na Serrinha, mais a sinalização nas trilhas. Ainda com a palavra, disse que estiveram junto ao Prefeito, com a senhora Maria Lucia e o senhor Leandro, na tentativa de fazer esse sonho, acrescentou “esse projeto se tornar realidade”, nessa conversa foi apresentado a gestão do Parque do Itacolomi, mais as áreas que englobam todo o Parque. O vereador Ricardo pediu aos Representantes da Procuradoria, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Meio Ambiente, e a Secretaria da Câmara que informasse ao Poder Executivo, que fosse incluído a toda reunião referente ao requerimento de sua autoria a Prefeitura, mais a Câmara Municipal, e todas as discursões relacionados sobre os assuntos os quais vem sendo abordados nas reuniões. Com a palavra, a senhora Maria Lucia disse que sempre trouxe nas reuniões alguns esclarecimentos, com relação a conceitos básicos sobre o que é uma Unidade de Conservação, disse que tem mecanismos para levar adiante esse projeto, mas se faz necessário o consentimento do proprietário da Minas da Passagem, na pessoa do senhor Roberto Rodrigues, disse que vai discutir com o seu pessoal quais as possibilidades de efetuar esse projeto legalmente, e após, levar ao Diretor Geral do IEF-MG um projeto mais elaborado e consolidado, para posteriormente conversar com a Prefeitura e com o representante da Mina da Passagem. Com a palavra, vereador Ricardo disse “ *eu gostaria aqui primeiramente cumprimentar o Roberto Rodrigues, eu tive o prazer já de conhecê-lo pessoalmente, na oportunidade no gabinete de outro vereador Jose Antunes, o Zezinho Salete, fica aqui meus cumprimentos, e gostaria de poder ouvi-lo não sei se o Roberto ele acompanhou, já tivemos algumas outras reuniões, Roberto inicialmente devido eu ter levantado esse assunto do Ecoturismos, enfim como um denominador é igual a gente sempre tem falado que, tem que ser uma construção, e elas tem que ser*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

*dentro dos parâmetros legais, então assim, dentro dessa construção ficou que a gente tinha que ter um diálogo ai, justamente com o dono das terras, e eu passo a palavra para o Roberto Rodrigues explicar sobre o assunto, com a palavra Roberto,” disse. Com a palavra, o senhor Roberto Rodrigues esclareceu que “ bom dia, Ricardo prazer falar contigo, Marcelo, aos demais bom dia, eu vivo esse Parque né muito tempo, e eu vejo que esse boom do ecoturismo a gente perdeu ai essa onda, ou está perdendo né, porque ela não acabou por não aproveitar, mais quando a gente vê o problema do Parque né, o Parque foi feito em sessenta e sete se não me engano ou sessenta e nove, por decreto, e se decretou um Parque, e isso ficou para resolver o problema Fundiário depois, e esse problema Fundiário se resolveu de parte do Parque, e parte não foi resolvida, a parte que não foi resolvida foi a parte da Mina da Passagem, então desde então me corrija Maria Lucia, se eu estiver errado ta no meus conceitos, mas desde então é a propriedade ficou, continuo sendo da Mina das Passagem, mas ela não pode fazer mais nada, na terra né, nisso daí o Instituto Estadual de Floresta tomou conta né, de proteção e etc, mas faltou verba, já teve muitos fiscais, já teve até fiscal ali no Belém, já teve mais presença do IEF no Parque, e com certeza a falta de verba, isso foi relegado ai no segundo, e terceiro plano nas prioridades, e o problema Fundiário é o decimo, oitavo plano porque é um problema que não incomoda, incomoda só o proprietário porque o Parque ta lá, ninguém pode fazer nada né, o proprietário não pode fazer nada, continua sendo o Parque, o uso continua lá mais o problema Fundiário não foi resolvido, então se gente não olhar para o problema de cada um, e interesse de cada um, a gente não chega a um denominador comum, cada um tem um interesse, o meu interesse é simples, é resolver um problema que se arrasta desde sessenta e sete, a Maria Lucia sentou ano passado se não me engano com meu irmão demonstrando interesse em resolver o problema Fundiário do Parque finalmente, isso me animou bastante né, porque finalmente isso vai ser resolvido ta, agora qualquer ação dentro do Parque, fica de dois donos precisa da minha autorização, e precisa da autorização do IEF, agora o meu interesse é realmente que o IEF pague pelo terreno que ele desapropriou né, ou decretou parte e tome conta não só da propriedade do domínio e do manejo, que faça o que bem entender, doe, não doe, e deixa usar, não deixe usar, e definitivamente resolva esse problema que foi criado la na decretação do Parque, ficou de ser resolvido depois, eu vejo essas mudanças porque os governos mudam, as pessoas mudam, os interesses mudam, mas eu vou te falar, a companhia continua lá dona do terreno, já passaram vários gestores do Parque, cada um tendo uma visão diferente, e cada um fazia de um jeito e o outro entrava abandonava aquilo, mudava a política, então é essa coisa a gente ta acostumado a ver, se a gente não fizer uma coisa que sobreviva o momento ta fadado a daqui a dois, três anos ser uma coisa esquecida e abandonada, então qualquer modelo de solução que se de, tem que ser sustentada por si só, e não depender ai de boa vontade das Instituições, que mudam as pessoas, é assim que eu vejo esse problema que se arrasta ai a sessenta anos, setenta anos, não fiz a conta direito, mas é por ai, então é eu não tenho acompanhado mais, não é a primeira vez que esse assunto aflora”, disse. Com a palavra, o vereador Ricardo pediu ao Procurador do Município para contribuir com sua fala, para poderem sair dessa reunião com uma posição positiva. Com a palavra, o Procurador do Município Dr. Frederico disse que a atuação do Município está à disposição para auxiliar no que for possível, ao tocante de sua competência, mas o assunto está direcionado a esfera*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

Estadual, esclareceu que o Município não tem gerencia direta dessas áreas. Com a palavra, a senhora Maria Lucia esclareceu que o Município participaria em uma gestão participativa, junto com o Estado. Com a palavra, o vereador Ricardo disse “*dr. Frederico, ontem juntamente com a dra. Maria Lucia também teve presente junto com o Prefeito Interino Juliano, o Roberto né antes justamente, do fato de a gente ter chagado nesse momento aqui agora, claro que o Prefeito atual Interino, ele tem recurso que ele disponibiliza para manutenção, desse Parque da construção, existe esse interesse também independente do Prefeito do qual se assentar, na cadeira essa vai ser uma das, é algo que tem que se construir também, com o problema da invasões que a gente sabe que essa parceria do Estado juntamente com o Município, seria uma forma também de estancar esse crescimento exorbitante que está indo ai sentido a Serrinha e daqui a pouco a gente vai está perdendo a Serrinha, por falta de atuação tanto do Estado como do Município, mas o Município deixou claro que tem essa, já existe né uma, verba ai que possa estar destinando ai uma manutenção desse parque, então assim né eu gostaria também de saber de repente o Roberto, falou ele falou a respeito de, existe o valor é dessas terras que no caso o Estado teria que pagar? Qual que é o valor? E existe a possibilidade de negociação, de parcelas? Como que funciona esse passo ai para tentar buscar para o Estado essa Regularização?*” disse. Com a palavra, o senhor Roberto Rodrigues disse “*oh Ricardo, isso é um assunto de cinquenta anos né, então eu não fico fazendo essa conta, porque o Estado tem que querer resolver, quando o Estado se manifesta dizendo que quer resolver eu me animo, então vamos ver como que pode fazer, mas isso é como eu falei são ondas né, se anima ai falta dinheiro, ele se desanima, não é problema da, não to dizendo aqui que é má vontade do IEF, não, é o Estado ta passando por um perrengue, e sempre passa, e na hora que ele olha as prioridades, estamos passando por uma pandemia, você vai olhar para a saúde, ou para a Regularização de um Parque que está a cinquenta anos para ser resolvido, então você olha para as prioridades, é obvio que a Lucia queria que tivesse a verba para resolver o Parque, ele vive isso, mas na hora que chega e não tem mais verba porque eu cortei essa verba, vai fazer o que? Então não fico fazendo essa conta não ta, não é o número, não, vamos fazer? Amanhã eu paro para fazer, porque se não fica um trabalho perdido, para que que vai fazer essa conta? Não tem nada concreto, até uma coisa ficar concreta a gente tem que saber como que o Estado tem condições de pagar? Como que ele pode pagar? Agora tem uma nova solução ai, que abriu uma possibilidade de resolver o problema Fundiário, do Parque que não passa diretamente por mim, e pelo Estado ta, são degradadores no Estado todo, que podem ser compensados resolvendo o problema Fundiário do Parque do Itacolomi, o cara degradou la em Uberaba, pode resolver o problema do Parque do Itacolomi, entendeu? Fazer uma compensação aqui, quer dizer abriu a, forma agora de qualquer maneira esse é o primeiro passo, mas eu vejo um segundo passo que se o Município realmente quer fazer o Parque Municipal da Serrinha, que é o que eu entendi, ele precisa de um plano de manejo, ele precisa sentar com o IEF, ele precisa saber quem é que vai pagar, o que vai pagar e quando vai custar para quem, entendeu? Porque se o Município se fiar no Estado esse Parque não vai acontecer, porque eu to dizendo em termos financeiros, se no plano de manejo é que você determina a responsabilidade de quem fazer o que, o Município entra com o que, qual é a responsabilidade dele vai custar quanto? E aí você vai ter que encaixar no orçamento Municipal isso, e aí você vai*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

*tomar uma decisão, se Mariana tem condição ou não de sustentar este Parque desta forma, a não tem? Vamos adequar, uma vez vencido o plano de manejo aí você toca o Parque adiante, é assim que é feito, então o processo passa entre o Município e o IEF, não uma segunda etapa, porque aí a relação Fundiária vai estar resolvida mais aí é uma relação de o que você vai fazer aí, ta dentro do espirito do Parque do Itacolomi? Eu posso autorizar isso? Autorizo, não isso eu não posso autorizar, porque isso daí você esta degradando e eu não posso permitir, mais ai ta dentro do plano de manejo, do que vai ser feito com o Parque, e entra o Município diretamente com o Estado, já não é eu acho que a relação pelos presentes que estão aqui é muito mais entre o Município e o Estado e o que vai ser feito, do que resolver o problema Fundiário, então é as pretensões do que se pretende fazer é que precisa ser resolvidas, e o plano de manejo é o que tem que ser resolvido, quem é que vai fazer e quem é que é responsável pelo que, financeiramente, não adianta você fazer, não adiante você fazer hoje, oh eu vou fazer um porta,l maravilha, quem vai da a manutenção? Quem vai fazer a manutenção de trilha? Não está se gastando ai seiscentos mil para recuperar trilha? Tem esse dinheiro todo ano? Você vai fazer trilha, fez uma vez e depois a manutenção? Quem é que vai arcar com essa manutenção? Quem é que vai fazer a limpeza das trilhas? Quem vai ver se jogaram o lixo no lugar certo? Isso tem um custo, faz parte do plano de manejo né, você está na realidade abrindo acesso dentro do Parque teoricamente, e na hora que você abre essas trilhas ta contaminando o Parque se você não fizer a limpeza ou se você não fizer a fiscalização, ou sinalização ou se você não fizer a manutenção você vai degradar muito mais rápido o Parque, então o plano de manejo vai exatamente tratar disso, como é que nos vamos fazer isso depois, quem é o responsável por isso? É o Município? É o Estado? Quem? Então eu acho que essa é a parte ai que é a mais critica de se tratar, as consequências que você vai fazer tudo que você faz tem consequências, se abrir uma trilha tudo bem ficou bonita, mas tem consequência, chama manutenção, chama limpeza, chama conservação, chama fiscalização, isso tudo tem custo, quem vai arcar com isso? “disse. Com a palavra, o vereador Ricardo disse que o Prefeito falou em valores, e pediu para a senhora Maria Lucia comentasse sobre esses custeios. Com a palavra, a senhora Maria Lucia esclareceu que, sobre o Plano de Manejo do Itacolomi que foi revisado recentemente, e está voltado para Concessão, nele foi colocado todas as trilhas e cachoeiras da Serrinha mapeados, sendo importante porque norteia todas as ações, mas se faz necessário a manutenção (porteiros, vigias e monitores), uma conversa com o Município e o Estado para ver a participação de cada um referente as verbas. Ainda com a palavra, disse que o Plano Diretor precisa ser respeitado, para haver uma compatibilização entre os interesses, em um segundo momento esclareceu que, com relação a valores e indenizações é muito prematuro falar sobre o assunto ainda, porque não se tem dados. Com a palavra, o senhor Roberto Rodrigues esclareceu que “quando a Maria Lucia fala que isso é um interesse particular é porque o comprador, o possível comprador tem que ter, como ele vai fazer compensação é uma compra triangular, ele vai comprar a terra do Parque é vai da compensação para o Estado, e o Estado tem que aceitar aquela compra e ai regulariza a parte Fundiária do Parque, isso que eu entendi com essa nova Lei, só que a nova Lei permite isso, então o Estado tem que aceitar o terreno no Parque como compensação que a Lei permite mas tem que ter uma aceitação do Estado de qualquer maneira, então tem que arrumar como falei, tem que arrumar alguém para*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
[www.camarademariana.mg.gov.br](http://www.camarademariana.mg.gov.br)

*ajudar, tem que arrumar um comprador que tenha um passivo ambiental e o Estado aceite o terreno do Parque como compensação” disse. ENCERRAMENTO:* não havendo mais nada a tratar, o Vereador Ricardo Miranda encerrou a reunião às dez horas e quinze minutos.